



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

**ATA DA DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAD/CONAB**

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e quinze, às 9h, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do artigo 16, inciso 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença da senhora Maria Emília Mendonça Pedroza Jaber, Presidente do Conad e dos demais conselheiros, senhores Rubens Rodrigues dos Santos, André de Oliveira Bucar e Caio Tibério Dornelles da Rocha, além de Luíz Antonio de Castro, Chefe do Gabinete da Presidência, secretariando os trabalhos. Presentes, também, a Sra. Tânia Mara Garib, nomeada para integrar o Conad por Decreto Presidencial de 26/05/2015, publicado no Diário Oficial da União de 27/05/2015, Paulo Graziottin, Chefe da Auditoria Interna, Eugênia Maria Rocha de Oliveira, Auditora Interna, Rafael Ferreira Fontes, Superintendente de Controladoria de Riscos - Sucor, Andrey de Matos Martins, Procurador-Geral e Manuel Vitorino Sousa Neto, Assessor da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do MAPA. Convidados ainda, a Sra Pollyana Mendes Fortaleza Alves, Gerente de Processos Especiais – Gepre, Dalmo Mendes Vieira, Superintendente de Orçamento e Finanças – Suofi e Rafael Borges Bueno, Superintendente de Armazenagem – Suarm. Dando início aos trabalhos, a Presidente cumprimentou os presentes, dando as boas-vindas a nova conselheira, ao tempo em que informou ter havido, antes, uma reunião com a diretoria da empresa para discutir assuntos relativos a gestão. Em seguida passou a leitura da pauta, **1) Acompanhamento dos atos da Administração e Controle. 1.1. Exame das atas das reuniões da Diretoria Colegiada, destacando assuntos mais relevantes, com comentários. Atas de nºs 1192ª/1194ª. A) Ata 1.192 - I) Questionamento do Ministério Público do Trabalho, em Goiânia, sobre o processo de avaliação e desempenho dos empregados – O presidente da empresa informou que a demanda foi encerrada, imediatamente após as explicações que foram apresentadas ao MPT-GO. II) Débitos para com o Banco do Brasil decorrente dos Projetos do Plano de Armazenamento – O presidente informou que o assunto já foi equacionado. O Conselheiro André Bucar, referindo-se a questão da Avaliação de Desempenho, recomendou que a área jurídica da empresa tenha uma atuação mais incisiva no acompanhamento dos processos, ao tempo em que parabenizou a Presidente do Conselho, pelo comprometimento com a gestão estratégica da Companhia, e em especial quanto ao plano de capacitação da empresa, considerando que o Colegiado, há algum tempo, já solicitara da Diretoria de Gestão de Pessoas, sem êxito, a apresentação de um Plano de Capacitação. Imediatamente após o colegiado solicitou ao Presidente da Conab que providenciasse a apresentação do Plano. 1.2) Exame das Atas das reuniões do Conselho Fiscal, destacando os assuntos mais relevantes, com comentários. Não houve apresentação de novas atas. 2) Fiscalização da Gestão da Diretoria executiva (Informações da Auditoria Interna e outros órgãos. Não houve apresentação de relatórios. 3) Acompanhamento da**

*me* *Luiz* *AB*



execução da orientação geral dos negócios da empresa. **3.1) Apresentação da Auditoria Interna – Audin sobre a situação da área jurídica da empresa (objeto da ata da 261ª reunião ordinária do Conad).** O Chefe da Auditoria Interna comunicou que a Corregedoria-Geral da Advocacia Geral da União ainda não concluiu os trabalhos e está na dependência da digitalização dos processos, principalmente da área trabalhista, e que provavelmente haverá dilação do prazo para conclusão dos trabalhos. **3.2) Resolução Conab nº 8** – O instrumento que definiu os critérios e valores relativos a incorporação do PLUS foi revogado. **3.3) Apresentação da Superintendência de Orçamento e Finanças – Suofi sobre ações de EGF.** Foi relatado pela área jurídica e pela Suofi que os empréstimos de EGF eram efetuados pelo Banco do Brasil, e que a Companhia de Financiamento da Produção - CFP, não tinha ingerência sobre os empréstimos e tão somente quanto aos produtos. Após a fusão das três empresas (COBAL, CFP e CIBRAZEM) parte desses créditos ficaram sem controle, pois não existem registros nos arquivos da Conab, posto que o Banco do Brasil era o mandatário da então CFP e as ações eram ajuizadas pelo Banco. Algumas foram repassadas à Conab, através de ofício encaminhado à área jurídica, entretanto não foram encontrados créditos ou os devedores não tinham lastros para liquidar os débitos. Os créditos tiveram origem em 1983 e o Banco do Brasil S/A, por sua vez informou, via Diretoria Jurídica, não haver documentação sobre os processos. O titular da Audin, Sr. Paulo Grazziotin, sugeriu que a questão fosse levada à Câmara de Conciliação da AGU, com vistas a dirimir eventuais dúvidas sobre de quem é a responsabilidade sobre o acompanhamento de eventuais questionamentos jurídicos sobre os empréstimos de EGF. O Conselheiro André Brucar argumentou que não lhe parecia haver controvérsia jurídica a ser levada à consideração da Câmara, uma vez que, ao solicitar informações ao Banco do Brasil, a Conab já havia manifestado a intenção de assumir o acompanhamento das demandas jurídicas decorrentes. O titular da Suofi sugeriu a efetivação de um encontro com técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na busca de uma solução, considerando que se desconhece o montante dos créditos a receber, em face de inexistência de documentos comprobatórios. O Conselheiro André Bucar considerou interessante uma reunião com representantes da STN, entretanto face a ausência de elementos tais como valor dos créditos, número de devedores, processos, etc., talvez não se tenha, efetivamente, o que discutir. A Presidente do Conselho agradeceu as informações prestadas e registrou que a Conab continuará atuando no papel de prestar as informações que se fizerem necessárias sobre o assunto. **4) Acompanhamento de contratos e convênios celebrados ou em vias de celebração pela empresa.** Nada foi apresentado ao Colegiado. **5) Acompanhamento da execução orçamentária e investimentos da empresa.** Nada foi apresentado. **6) Outras Atividades.** **6.1) Acompanhamento e controle das pendências, inclusive quanto a recomendações de órgãos de fiscalização e controle.** **a) Unidade Armazenadora de Uberlândia;** **b) Armazém Renascença;** **c) Empresa SPAM:** Nada foi apresentado. **d) Plano Nacional de Armazenagem.** O titular da Superintendência de Armazenagem – Suarm, Sr. Rafael Bueno, deu início a apresentação sobre a Certificação de Unidades Armazenadoras da Conab. Inicialmente fez um breve



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

histórico sobre a certificação, que teve como marco a edição pelo Ministério da Agricultura, em 2007, da primeira Instrução Normativa, cujo teor foi alterado pela IN 24/2010-MAPA, com a inclusão de novos requisitos técnicos, para em seguida informar que a certificação tem por escopo a modernização das atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários (setor público e privado). A Conab, atualmente conta com 20,4% de suas unidades armazenadoras certificadas, apesar das dificuldades enfrentadas, principalmente aquelas decorrentes da insuficiência de recursos orçamentários (percentual inferior à meta estabelecida). Na oportunidade a Presidente do Conselho informou que em 2015 as dificuldades persistirão, considerando não ser possível disponibilizar integralmente os recursos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária Anual – LOA. Retomando a apresentação, o titular da Suarm informou que a rede de armazéns da Conab tem em média 35 anos e ao longo desse tempo não foram efetuados novos investimentos, razão pela qual requer recursos da ordem de R\$25 milhões para adequar as instalações aos requisitos estabelecidos na IN 24/2010 – MAPA. Explicou, ainda, que um dos itens mais sensíveis à certificação das unidades é o sistema de combate a incêndios do Corpo de Bombeiro, por não haver um padrão único a nível nacional, o que dificulta e encarece sobremaneira a realização das melhorias requeridas para a certificação. Ainda em relação ao tema informou que a equipe técnica tem feito um exaustivo trabalho junto aos comandos do Corpo de Bombeiro dos Estados, com o objetivo de mostrar a incompatibilidade do atual sistema de combate a incêndio em relação aos armazéns de produtos agropecuários. Informou ainda, que, caso a Conab não atenda o cronograma de certificação de unidades armazenadoras a prestação de serviço de armazenagem à terceiros, incluindo a União, estados e municípios, não poderá ser realizada devido ao impedimento legal, comprometendo os programas governamentais que dependem dessas estruturas para sua execução. A Presidente do Conselho, após a apresentação, solicitou que a Conab coloque na pauta de prioridades da Companhia a questão da Certificação das Unidades. **7) Assuntos Gerais.** Nada foi apresentado ao Colegiado. **8) Extra pauta:** O Conselheiro Rubens Rodrigues entregou aos demais membros do Conad, para conhecimento, cópia da negativa do DEST para a realização de um Plano de Demissão Voluntária, condicionando que antes de um PDV a Conab precisa apresentar uma solução definitiva para o SAS. Encerrados os assuntos da pauta, a Presidente, Sra. Maria Emilia, solicitou ao Presidente da Conab uma apresentação, para a próxima reunião, sobre o Instituto de Seguridade Social da Conab - Cibrius. E nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Luiz Antonio de Castro, Chefe do Gabinete da Presidência, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.

MARIA EMÍLIA MENDONÇA PEDROZA JABER

Presidente

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheiro

ANDRÉ DE OLIVEIRA BUCAR

Conselheiro

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

Conselheiro

LUIZ ANTÔNIO DE CASTRO

Secretário